



**32º CONGRESSO
DE SECRETÁRIOS
MUNICIPAIS DE
SAÚDE DO
ESTADO DE
SÃO PAULO**

**15ª Mostra de
Experiências
Exitosas dos
Municípios**

**8º Prêmio
David
Capistrano**

**“30 anos de SUS: SUStentabilidade para garantia do Direito à Saúde
Aumento do financiamento federal e estadual!”**

Vigilância em Saúde

GRUPO INTERSETORIAL: UM OLHAR QUANTO A SAÚDE INTEGRAL E ASSISTÊNCIA ÀS MULHERES GRÁVIDAS EM SITUAÇÃO DE RISCO E VULNERABILIDADE

Ezequiel Aparecido dos Santos, Lucila Paula Manso Bacci, Vera Rodrigues, Patrícia Iolanda Antunes, Valéria Gimenes

1 Prefeitura Municipal de Bauru - Prefeitura Municipal de Bauru

INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

De acordo com a nota técnica conjunta nº 001 – SAS eSGEP, o Estado brasileiro deve assegurar os direitos humanos de mulheres, adolescentes e crianças em todas as circunstâncias, e um composto de diretrizes e fluxograma para os atendimentos a serem ofertados as mulheres em situação de rua e/ou usuárias de crack e outras drogas e seus filhos recém-nascidos reconhecendo o protagonismo do Sistema Único de Saúde na atenção integral a esse público. Populações em situação de risco e vulnerabilidade sobretudo mulheres gestantes usuárias de substâncias psicoativas (SPA) constituem um desafio aos Serviços Públicos e Políticas Públicas existentes, em especial para o Sistema Único de Saúde, considerando as dificuldades encontradas quanto ao acompanhamento das gestantes no pré-natal uma vez que estas mulheres realizam menor número de consultas, abandonam o pré-natal e/ou não procuram os serviços para iniciar o acompanhamento da gestação. Essas mulheres apresentam uma maior incidência de abandono ao pré-natal e são pouco aderentes aos programas de atenção psicossocial relacionado ao uso e abuso de drogas versus saúde materno infantil, aumentando com isso o número de crianças acolhidas após o nascimento ou nos primeiros dias de vida. Diante deste cenário e decorrente de um inquérito civil impetrado pela Promotoria Pública da Infância e Juventude do município de Bauru, que visava apurar eventuais falhas na articulação dos serviços executados pela Rede Municipal de Assistência Social, bem como objetivando acompanhar os serviços de acolhimento familiar e institucional, iniciou-se em setembro/2015, discussões entre a Promotoria, Serviços Públicos Municipais (Bem Estar Social, Saúde, Educação, Conselho Tutelar) e Serviços Públicos de gestão Estadual (Hospital Maternidade Santa Isabel) com o objetivo de a partir dessa iniciativa instituir um serviço centralizado para acompanhar os atendimentos realizados nos diversos órgãos às gestantes em situação de vulnerabilidade social e usuárias de SPA, possibilitando a prevenção quanto aos acolhimentos dos recém-nascidos dessas mulheres. Este trabalho visa apresentar os resultados obtidos pelo grupo Intersetorial no período de 04/03/2016 à 22/06/2017, bem como as sugestões apresentadas pela equipe da Secretaria Municipal de Saúde quanto a identificação de mulheres gestantes em situação de vulnerabilidade e uso SPA.

OBJETIVOS

Acompanhar através do grupo Intersetorial com reuniões mensais em que os Serviços Públicos Municipais (Saúde, Secretaria do Bem Estar Social) e Serviço Público Estadual (Maternidade Santa Isabel) gestantes identificadas em situação de risco e vulnerabilidade em uso de Substâncias Psicoativas (SPA)



32º CONGRESSO
DE SECRETÁRIOS
MUNICIPAIS DE
SAÚDE DO
ESTADO DE
SÃO PAULO

15ª Mostra de
Experiências
Exitosas dos
Municípios

8º Prêmio
David
Capistrano

“30 anos de SUS: SUStentabilidade para garantia do Direito à Saúde
Aumento do financiamento federal e estadual!”

METODOLOGIA

Estudo descritivo e retrospectivo, de abordagem quantitativa, utilizando o banco de dados composto por 98 gestantes no período 04/03/2016 à 22/06/2017.

RESULTADOS

Conforme estudo da amostra com 98 gestantes estudadas pelo grupo intersetorial no período de 04/03/2016 à 22/06/2017, verificou-se nas análises dos dados que os casos de mulheres grávidas em uso de SPA se apresentam por todo município de Bauru, contudo com maior frequência no território II com 43 casos (44%), sendo que efetivamente acompanhadas pelo grupo foram 52 mulheres, ou seja, 53% da amostra. Em relação ao número de acolhimentos dos bebês das gestantes logo após o parto verificou-se que 12 (23%) sofreram acolhimento institucional não respondendo satisfatoriamente as intervenções, sendo necessário o abrigo como medida protetiva e 40 (77%) das crianças foram para famílias extensas, ou seja, avós, tios e ou outro familiar que criou vínculo com a gestante durante o pré-natal. Verificou-se durante o estudo a dificuldade para identificar as gestantes e vincular aos serviços públicos para a realização do pré-natal e acompanhamento dos serviços especializados na área assistencial social e saúde mental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que o grupo apresentou 77% de resolutividade dos acompanhamentos realizados, destacando que as crianças estão sob os cuidados de familiares e em acompanhamento junto aos serviços da Atenção Básica e não houve registros de óbitos infantis e ou materno destes indivíduos acompanhados. Na análise dos dados e diante a dificuldade de identificar mulheres grávidas em situação de vulnerabilidade e em uso de SPA foi desenvolvido pelo grupo uma ficha de Identificação destas mulheres para uso em todos os serviços do município (Saúde, Educação, Bem Estar Social, Conselho Tutelar, Segurança Pública e Instituições filantrópicas, igrejas entre outros) que atendam esse público, objetivando a inserção das informações no sistema de notificação do serviço de vigilância epidemiológica das gestantes que requerem um cuidado intersetorial mediante a situação de vulnerabilidade e propiciar aos recém-nascidos a oportunidade de permanecer junto ao núcleo familiar, mesmo que através de família extensa, visando o cuidado durante o seu desenvolvimento.